MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
3ª Superintendência Regional / MS

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Campo Grande – MS
MARÇO/2012

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
3ª Superintendência Regional / MS

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentados aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010 e da Portaria TCU nº 123/2011 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 2546/2010).

Campo Grande – MS
MARÇO/2012

3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

Superintendente Regional

Ciro Vieira Ferreira

Corregedoria Regional

Nivardo Jovito Rocha

Seção de Policiamento e Fiscalização

Airton Motti Junior

Seção Administrativa e Financeira

Julio Cezar Pizani

Seção de Recursos Humanos

Marcelo Amaral Lima

LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS

RG – Relatório de gestão

IN – Instrução Normativa

DN – Decisão Normativa

TCU – Tribunal de Contas da União

CGU – Controladoria-Geral da União

Port. – Portaria

UJ – Unidade Jurisdicionada

DPRF – Departamento de Polícia Rodoviária Federal

LOA – Lei Orçamentária Anual

MJ – Ministério da Justiça

MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual

PPA – Plano Plurianual

PRF – Polícia Rodoviária Federal

SRPRF – Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal

UG – Unidade Gestora

LISTA DE DECLARAÇÕES E INFORMAÇÕES ANEXAS

I - DECLARAÇÃO REFERENTE AO ITEM 7 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010.....46
II - INFORMAÇÃO REFERENTE AO ITEM 8 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010.....46
III - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO REFERENTE AO ITEM 1 DA PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010.....47

LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual..... 09
Quadro A.2.1 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo.....16
Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ..... 18
Quadro A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação..... 18
Quadro A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação..... 19
Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação 20
Quadro A.4.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores.....29
Quadro A.5.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12..... 29
Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ 30
Quadro A.5.3 – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ..... 30
Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária..... 31
Quadro A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade..... 31
Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Servidores Inativos..... 32
Quadro A.5.7 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão..... 32
Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de Estagiários.....32
Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal 33
Quadro A.5.12 - Contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva..... 34
Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra..... 34
Quadro A.7.1 – Modelo de declaração de inserção e atualização dados no SIASG e SICONV.....36
Quadro A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR..... 37
Quadro A.9.1 – Estrutura de controles internos da UJ 37
Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis..... 39
Quadro A.11.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União..... 41
Quadro A.11.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros...41
Quadro A.11.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ..... 42
Quadro A.12.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da unidade jurisdicionada..... 43
Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício 45

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS....4
LISTA DE DECLARAÇÕES E INFORMAÇÕES ANEXAS....5
SUMÁRIO....6
INTRODUÇÃO....8

1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010

1. IDENTIFICAÇÃO....9
1.1. Relatório de Gestão Individual....9
1.2. Estrutura Organizacional....10

2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010

2. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA....11
2.1. Responsabilidades institucionais....11
2.1.1. Competências Institucionais....11
2.1.2. Objetivos estratégicos....12
2.2. Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais....12
2.2.1. Análise do andamento do plano estratégico 12
2.2.2. Análise do plano de ação....15
2.3. Programas de Governo....16
2.3.1. Execução dos Programas de Governo....16
2.3.1.1. Programa 0663 – Segurança pública nas rodovias Federais....16
2.3.1.2. Programa 1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal....17
2.3.1.3. Programa 0750 - Apoio Administrativo....17
2.3.2. Execução física das ações realizadas....18
2.4. Desempenho orçamentário e financeiro....18
2.4.1. Programação Orçamentária da Despesa....18
2.4.2. Execução Orçamentária da Despesa....18
2.4.2.1. Execução Orçamentária de Créditos originários....18
2.4.2.1.1. Despesas por Modalidade de Contratação....18
2.4.2.2. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos por Movimentação....19
2.4.2.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação....19
2.4.2.2.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação....19
2.4.2.2.3. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação....20
Análise crítica....20
2.4.3. Indicadores Institucionais....21
2.4.3.1. Programa 0750....21
2.4.3.2. Programa 0663....22

3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010

3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU

RECURSOS....28

4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010

4. MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES....29
4.1. Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores....29
4.2. Análise crítica....29

5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010
5. RECURSOS HUMANOS....29
5.1. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS....29
5.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada....29
5.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da unidade jurisdicionada....30
5.1.3 Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da unidade jurisdicionada 30
5.1.4 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a idade....31
5.1.5 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade 31
5.2 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS 32
5.2.1 Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria 32
5.2.2 Demonstração das origens das pensões pagas pela unidade jurisdicionada 32
5.3 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS....32
5.4 DEMONSTRAÇÃO DOS CUSTOS DE PESSOAL DA UJ....33
5.5 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA PELA UJ....33
5.5.1 Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão.....34
5.5.2 Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados 34
5.5.3 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade ..34
5.5.4 Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do Órgão....34
5.6. INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS....35

6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010
6. TRANSFERÊNCIAS....35
6.1. Transferências efetuadas no exercício....35
6.1.1. Relação dos instrumentos de transferências....35
6.1.2. Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios....35
6.1.3. Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2011 e seguintes....35
6.1.4. Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios e contratos de repasse....35
7. PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010
7.1 Declaração de atualização de dados no SIASG E SICONV....36

8. PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010
8.1 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93....37
8.2 Análise crítica....37

9. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010

9.1 Estrutura de Controles Internos da UJ.....37

10. PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010
10.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....39

11. PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010
11.1 Gestão de bens imóveis de uso especial.....41
11.1.1. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de prop. da União.....41
11.1.2. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial locados de terceiros.....41
11.1.3. Discriminação dos bens imóveis de propriedade da União sob a responsabilidade da UJ.....42
12. PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010
12.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI).....43

13. PARTE A, ITEM 13, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010
13.1 Despesas com cartão de crédito corporativo.....43

14. PARTE A, ITEM 14, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010
14.1 Renúncias Tributárias sob gestão da UJ.....44

15. PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010
15.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício.....44
15.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício.....44
15.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício.....44
15.4 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício.....44

16. PARTE A, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010
16.1 Recomendações da Unidade de Controle Interno atendidas no exercício.....45
16.2 Recomendações da Unidade de Controle Interno pendentes de atendimento.....47

B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO.....50
1. Declaração do contador responsável.....50

INTRODUÇÃO

Instrumento de planejamento, acompanhamento e avaliação da gestão institucional, o presente Relatório de Gestão foi elaborado em consonância com a Instrução Normativa nº 63, de 1º de setembro de 2010, com a Decisão Normativa TCU nº 108/2010 e Portaria TCU nº 123/2011 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 2546/2010).

Este relatório visa correlacionar as metas, os resultados consolidados e a destinação dos recursos contemplados nos Programas de Governo 0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais, 1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal e 0750 – Apoio Administrativo, no exercício de 2011. Desse modo, torna-se o instrumento de acompanhamento orçamentário e financeiro, bem como de avaliação do funcionamento dos serviços a partir de critérios definidos de eficiência, eficácia e efetividade das ações desenvolvidas no âmbito da 3.ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal.

Em seu conteúdo, o Relatório de Gestão exibirá as realizações, os resultados operacionais e os índices de satisfação obtidos em função das metas programadas, bem assim o impacto alcançado em função das ações desempenhadas, considerando a estrutura atual atrelada aos recursos consignados e consequentemente aplicados, cujos resultados obtidos subsidiam a tomada de decisões no que concerne à gestão.

O Relatório está organizado e sistematizado de modo a que se possibilite a visualização das ações desenvolvidas pela Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal no decorrer do exercício de 2011 e a aplicação dos recursos financeiros, fornecendo subsídios para o planejamento de políticas de segurança pública e assistência à saúde.

Para a elaboração do relatório foram utilizados como instrumentos norteadores o Plano Plurianual (PPA), o Orçamento autorizado na LOA 2011 e os relatórios de atividade das áreas da Administração Regional, o que possibilita uma perspectiva da Gestão Administrativa e Operacional desta Unidade Jurisdicionada.

Os itens 3, 6, 12 e 13 do Anexo II da Decisão Normativa TCU n.º 108/10 não apresentam registros nesta Unidade Jurisdicionada e os itens 14 e 18 a 30 do Anexo II da Decisão Normativa TCU n.º 108/10 não se aplicam a esta Unidade Jurisdicionada. Desta forma, os quadros A.2.3 à A.2.10; A.3.1, A.5.10, A.5.11, A.6.1 à A.6.5, A.13.1, A.13.2, A.14.1 à A.14.11 e A.15.1 à A.15.4 não foram preenchidos.

Com o presente documento, a Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal encerra o exercício, enaltecendo sua missão institucional de preservar a vida e promover a paz pública com segurança cidadã como processo permanente de gestão, pela prática da responsabilidade social, desenvolvendo e promovendo ações comprometidas com a segurança, a cidadania e a integridade física e patrimonial dos usuários das rodovias federais.

CIRO VIEIRA FERREIRA
Superintendente Regional

A- CONTEÚDO GERAL

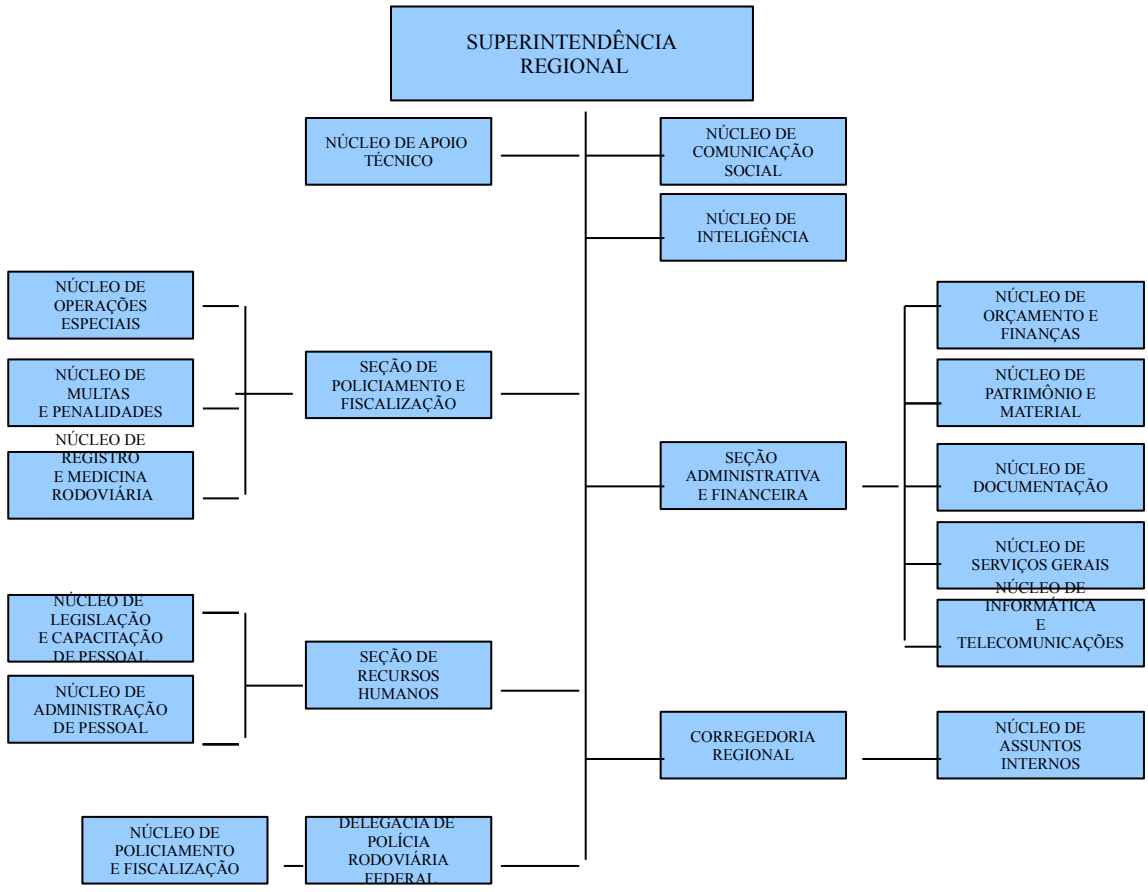
1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

QUADRO A.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ NO RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça			**Código SIORG**: 316
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: 3.ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal/MS			
Denominação abreviada: 3.ª SRPRF/MS			
Código SIORG: **2825**	**Código LOA: 30107**		**Código SIAFI: 200.128**
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Orgão Público			
Principal Atividade: segurança pública			**Código CNAE: 8424-8/00**
Telefones/Fax de contato:	(067) 3320-3600	(067) 3320-3650	
E-mail: sup.ms@dprf.gov.br			
Página na Internet: http://www.dprf.gov.br			
Endereço Postal: Rua Antonio Maria Coelho n.º 3033 bairro Jardim dos Estados Campo Grande – MS CEP 79020-908			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Constituição Federal – Art. 144 Lei 9.503/97 Código de Trânsito Brasileiro Decreto 1.655/95 de 03 de outubro de 1995 Regimento Interno, aprovado pela portaria Ministerial n.º 1375 de 02 de agosto de 2007 publicado no D.O.U Seção 1 de 06/08/2007.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Manual de Procedimentos Operacionais - MPO			

1.2 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

ORGANOGRAMA FUNCIONAL



Organizacionalmente, a 3.ª Superintendência Regional de Polícia rodoviária Federal no Estado de Mato Grosso do Sul está estruturada com quatro seções, denominadas de Seção de Policiamento e Fiscalização, Seção Administrativa e Financeira, Seção de Recursos Humanos e Corregedoria Regional. Vinculadas a essas Seções estão 14 núcleos, contando ainda com dez unidades denominada de Delegacia de Policia Rodoviária Federal, com 21 postos fixos de fiscalização, assim distribuídos:

DELEGACIA PRF 3/1 – CAMPO GRANDE/MS
POSTO PRF 21 – SAÍDA PARA SÃO PAULO
POSTO PRF TERENOS
POSTO PRF DE JARAGUARI

DELEGACIA E POSTO PRF 3/2 – NOVA ALVORADA DO SUL
POSTO PRF DE RIO BRILHANTE/MS
POSTO PRF DE NOVA ALVORADA DO SUL

DELEGACIA PRF 3/3 – ANASTÁCIO/MS
POSTO PRF DE ANÁSTACIO
POSTO PRF DE GUAICURUS
POSTO PRF PONTE RIO PARAGUAI

DELEGACIA PRF 3/4 – DOURADOS/MS

POTO PRF DOURADOS
POSTO PRF CAPEÍ
POSTO PRF DE CAARAPÓ

DELEGACIA PRF 3/5 - JARDIM/MS

POSTO PRF GUIA LOPES DA LAGUNA

DELEGACIA 3/6 – COXIM/MS
POSTO PRF COXIM/MS
POSTO PRF DE SÃO GABRIEL DO OESTE/MS

DELEGACIA PRF 3/7 – BATAGUASSU/MS
POSTO PRF BATAGUASSU/MS
POSTO PRF CASA VERDE/MS

DELEGACIA PRF 3/8 – TRÊS LAGOAS/MS
POSTO PRF TRÊS LAGOAS/MS
POSTO PRF ÁGUA CLARA/MS

DELEGACIA PRF 3/9 – PARANAÍBA/MS
POSTO PRF PARANAÍBA/MS

DELEGACIA PRF 3/10 – NAVIRAÍ/MS
POSTO PRF NAVIRAÍ
POSTO PRF DE MUNDO NOVO

2. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

2.1) Responsabilidades institucionais

2.1.1) Competência institucional

Conforme disposto no art. 75 do Regimento Interno do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, as superintendências regionais nos âmbitos das respectivas circunscrições, têm competência para executar as atividades pertinentes ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

O Departamento de Polícia Rodoviária Federal tem a sua competência definida pela Constituição Federal (Art. 144), pela Lei nº 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro), pelo Decreto nº 1.655, de 03 de outubro de 1995, e pelo Regimento aprovado pela Portaria Ministerial nº 1375, de 02 de agosto de 2007.

Assim, além da própria competência constitucional, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal, nos termos do Decreto nº 1.655/95 e do Regimento Interno, tem as seguintes atribuições:

• realizar o patrulhamento ostensivo, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, a incolumidade das pessoas, do patrimônio da União e o de terceiros;

• exercer os poderes de autoridade de polícia de trânsito, cumprindo e fazendo cumprir a legislação e demais normas pertinentes, inspecionar e fiscalizar o trânsito, assim como efetuar convênios

específicos com outras organizações similares;

• aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito e os valores decorrentes da prestação de serviço de estadia e remoção de veículos, objetos, animais e escoltas de veículos de cargas excepcionais, executar serviços de prevenção, atendimento de acidentes e salvamento de vítimas nas rodovias federais;

• realizar perícias, levantamento de locais, boletins de ocorrências, investigações, testes de dosagens alcoólicas e outros procedimentos estabelecidos em leis e regulamentos, imprescindíveis à elucidação dos acidentes de trânsito;

• credenciar os serviços de escoltas, fiscalizar e adotar medidas de seguranças relativas aos serviços de remoção de veículos, escoltas e transporte de cargas indivisíveis;

• assegurar a livre circulação nas rodovias federais, podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, bem como zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções, obras e instalações não autorizadas; executar medidas de segurança, planejamento e escoltas nos deslocamentos do Presidente da República, Ministros de Estado, Chefes de Estado e diplomatas estrangeiros e outras autoridades;

2.1.2) Objetivos estratégicos

A Policia Rodoviária Federal tem como objetivos estratégicos a preservação da vida, o aumento da conscientização e reeducação do cidadão, aumento da segurança nas rodovias e diminuição da criminalidade.

2.2) Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais

2.2.1) Análise do andamento do plano estratégico da unidade

Anualmente, a Polícia Rodoviária Federal cumpre um extenso calendário operacional, especialmente em feriados e fins de semanas prolongados. Concomitantemente, desenvolve comandos voltados à educação e fiscalização de trânsito e à fiscalização do transporte de produtos perigosos - como explosivos, substâncias tóxicas, corrosivas, inflamáveis, radioativas, fazendo inclusive serviços de batedor para o transporte de cargas de dimensões excepcionais, realiza ainda, patrulhamentos ostensivos através de rondas com viaturas, com a realização de fiscalização em pontos críticos, retirada de animais a esmo sobre as rodovias, assistência e socorro a vítimas de acidentes de trânsito, auxílio aos usuários e apreensões diversas, resultando na presença física nos 3.400 quilômetros de rodovias federais que cortam o estado de Mato Grosso do Sul que estão sob responsabilidade desta Regional.

Nos períodos de feriados e finais de semana prolongados algumas rodovias do Estado, por estarem localizadas em regiões de grande potencial turístico, sofrem um acréscimo considerável no número de veículos em circulação, o que acarreta a necessidade de movimentação do efetivo para suprir o aumento na demanda dos serviços de fiscalização, auxílio aos usuários e nos atendimentos aos acidentes de trânsito.

Face à peculiaridade da sua forma de atuação, onde a necessidade de emprego de maior efetivo ocorre via de regra nos finais de semana prolongados, em feriados e festividades nacionais ou regionais, o dispêndio financeiro com diárias e em alguns casos com aquisição de passagens aéreas a servidores se concentram próximo ao fim de semana. Desta forma, o que em outros órgãos

da Administração Pública se caracterizam como excepcionalidade, nesta Unidade não pode ser contextualizada dessa forma.

Devido à carência de efetivo, onde a maioria dos postos de fiscalização conta em média, com apenas dois policiais em cada turno de trabalho, e em algumas delegacias o efetivo total se resumem a 16 policiais, com responsabilidade de fiscalização de trechos de até 400 km, imperiosa se faz, o constante deslocamento de policiais de uma região para outra para atendimento de demandas emergenciais.

Frequentemente, a Polícia Rodoviária Federal, além de executar suas habituais tarefas de fiscalização de trânsito, intervém de forma preventiva na mediação e monitoramento de conflitos sociais, tais como: movimento de trabalhadores rurais sem terra, indígenas, protesto de produtores rurais, entre outros, que se apresentam cada vez mais e com maior frequência sob o leito das rodovias federais. Esses eventos determinam à Policia Rodoviária Federal o emprego e alocações de recursos em escala ascendente, sejam eles de natureza humana, orçamentária e financeira, ou ainda, de logística e infraestrutura.

Devido ao caráter emergencial dessas ações de intermediação de conflitos sociais - que sempre resultam em bloqueios da rodovia, ou ainda, em casos de delitos criminais, tais como: roubo de cargas, tráfico de entorpecentes, roubo de veículos (onde as vítimas são mantidas em cárcere privado) e nos confrontos armados de delinquentes com os policiais em serviço, cria-se a necessidade do deslocamento de efetivo das regiões mais próximas e da própria Sede Administrativa para atuarem na área de conflito. Diante da imprevisibilidade desses fatos aliada a necessidade de solicitação de descentralização de recursos junto ao DPRF, resultam em processos de pagamento de diárias com data posterior a viagem do servidor.

Apesar da intensificação da fiscalização, com aumento do número de flagrantes de alcoolemia ao volante e a emissão de 63.857 autuações contabilizadas, não se conseguiu reduzir o número de acidentes em 2011.

Entre os fatores conjunturais que contribuíram para o aumento dos acidentes de trânsito nas rodovias destacam-se: aumento do tráfego em rodovias nos feriados prolongados, acréscimo considerável da quantidade de novos veículos em circulação, redução do efetivo policial e precariedade das condições de trafegabilidade e sinalização das rodovias.

A Polícia Rodoviária Federal, plenamente integrada ao RENAINF (banco de dados que integra todos os Detrans do país), pôs fim à impressão de impunidade que existia nas rodovias brasileiras. Desta forma os motoristas infratores flagrados pela PRF recebem suas multas em qualquer lugar do país. Quem não paga, não licencia o veículo.

Além das atividades rotineiras, foram realizadas a apreensão de 1.666 quilos de cocaína, 24,78 toneladas de maconha, 74.007 unidades de haxixe, detenção de 1.842 pessoas, apreensão de 29 armas de fogo, 21.834 unidades de munição, 2.013.896 pacotes de cigarros contrabandeados, recuperação de 194 veículos produtos de furto/roubo, 50.392 unidades de equipamentos de informática e eletrônicos, 550.891 unidades de CD'S e DVD'S pirateados.

Como defensora do meio ambiente, a PRF também mostrou empenho em ações conjuntas com o Ibama e Sema (Secretaria Estadual de Meio Ambiente), onde 997 m³ de madeira e 253 m³ de carvão extraídos de forma irregular foram apreendidas durante o ano. 2.874 animais silvestres, entre aves raras e mamíferos em extinção, foram descobertos pela Polícia Rodoviária Federal em compartimentos cada vez mais criativos e cruéis. Dentro de pneus estepes, no interior da lataria dos

veículos, e em compartimentos sem nenhum tipo de ventilação.

Por mais um ano, a Polícia Rodoviária Federal combateu sistematicamente a exploração sexual de crianças e adolescentes às margens das rodovias. Durante o ano, a PRF retirou várias crianças e adolescentes de áreas de risco. Foram atendidas 26 ocorrências envolvendo menores com um total de 43 menores resgatados. Na área criminal foram apreendidos 77 menores infratores.

Trabalhadores em regime de servidão viram, mais uma vez, a Polícia Rodoviária Federal como aliada. Ações de repressão ao trabalho escravo, em apoio ao Ministério do Trabalho e Ministério Público Federal, permitiram que pessoas fossem libertadas de condições precárias de trabalho, semelhantes à escravidão.

Inserida no PRONASCI (Programa Nacional de Segurança com Cidadania), do Ministério da Justiça, a Polícia Rodoviária Federal apresentou uma nova proposta de fiscalização das rodovias. Pelo novo formato, o policial rodoviário federal utilizará bases itinerantes de policiamento, distribuídas pela malha viária do Brasil. O modelo prevê ainda mais viaturas e utilização de equipamentos eletrônicos, cabendo ao tradicional posto de fiscalização apenas apoio às necessidades mais específicas de policiamento.

A seguir, apresenta-se quadro comparativo das apreensões realizadas em 2010 e 2011 no âmbito da Circunscrição da 3ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal, onde se verifica a eficácia e eficiência das ações:

OCORRÊNCIA	2010	2011	DIFERENÇA %
COCAÍNA	1.552 kg	1.666 kg	7,35
MACONHA	31.390 kg	24.784 kg	- 21,05
HAXIXE	29.654 un.	74.007 un.	149,57
ARMAS DE FOGO	49	29	- 40,82
MUNIÇÕES	20.281	21.834	7,66
VEICULOS RECUPERADOS	159	194	22,01
PESSOAS ENCAMINHADAS	1.914	1.842	- 3,76
CIGARROS CONTRABANDEADOS	943.595 pct	2.013.896 pct	113,43
EQUIP. ELETRÔNICOS/INFORMÁTICA	30.685	50.392	64,22
CD's/DVD's	547.138	550.891	0,69
AUTOS DE INFRAÇÃO	75.818	63.857	- 15,78
ACIDENTES	3.456	3.455	- 0,03
MORTOS	197	220	11,68
FERIDOS	2.414	2.403	- 0,46
CNH APREENDIDA	2.196	1669	- 24,00
TESTES DE ALCOOLEMIA	--	2714	--

* dados extraídos do sistema ROD (relatório operacional diário) do DPRF/MJ

Em 2011 foram adquiridos veículos e equipamentos que melhoraram o desempenho dos policiais nas atividades rotineiras, possibilitando que os mesmos trabalhassem motivados para o cumprimento da missão institucional da PRF.

As viaturas são o principal instrumento de trabalho do policial rodoviário federal, e devido ao grande uso, os veículos são depreciados em menos de quatro anos, sendo necessário um plano contínuo de aquisição de novas viaturas, sob pena de diminuição da capacidade operacional e aumento exponencial dos gastos com manutenção de veículos. Em 2011 a 3ª Superintendência Regional recebeu 16 novas viaturas, em contrapartida teve 26 veículos baixados resultando em

diminuição da capacidade operacional.

Através da implantação de sistema de acompanhamento da manutenção mecânica e com a política de renovação da frota veicular, houve uma melhor aplicação dos recursos destinados à manutenção e conservação dos veículos.

As instalações físicas e edificações que compõem o acervo patrimonial desta Regional são, na maioria, originárias do extinto DNER, cujas datas de construção obedecia aos padrões arquitetônicos das décadas de 60 e 70, estando por demais ultrapassados os conceitos de ergonomia e estruturação física. Neste sentido, através do plano de obras e reformas foi possível concluir a reforma e ampliação dos postos de Rio Brilhante e Anastácio.

A Tecnologia da Informação é primordial nas atividades rotineiras de policiamento e fiscalização, pois através do uso da rede de dados é possível identificar indivíduos com mandados de prisão em aberto, averiguar dados de veículos suspeitos, além de cadastrar acidentes e multas em tempo real. Para realização dessas atividades, a PRF mantém uma extensa rede de dados interligando todos os postos, delegacias, superintendências e sede do departamento.

Na área de serviços de inteligência policial merece destaque o convênio de cooperação mútua firmado entre essa Regional e o Ministério Público, permitindo o acompanhamento e o monitoramento de organizações criminosas com atuação no Estado e em outras Unidades da Federação e com ramificações nos países limítrofes, vindo a desencadear diversas operações, alguma delas com grande repercussão na mídia local e com destaque na mídia nacional. Esse termo de cooperação mútua alavancou sobremaneira as atividades do núcleo de inteligência tornando-o uma referência a nível nacional.

No sentido de cooperação e integração com os demais órgãos da força de segurança pública, do Judiciário e da sociedade em geral, foram realizadas operações de apoio a Receita Federal nas escoltas de produtos destinados à incineração, apoio ao DEPEN na escolta de presos para a Penitenciária Federal de Campo Grande, apoio a Secretaria de Segurança Pública do Estado na Escolta de presos, realização de proteção a testemunhas incluídas no "PROVITA" atendendo solicitações do CDDH – Centro de Defesa dos Direitos Humanos e do Ministério Público Estadual, Apoio a OAB - Ordem dos Advogados do Brasil na guarda e escolta das provas do exame da ordem, dentre outras.

Através destas ações de modernização, a Polícia Rodoviária Federal pretende continuar com mais eficiência a sua missão de resguardar a segurança pública, tendo como meta reduzir o número de acidentes e mortes nas rodovias federais, contribuindo para o bem estar da sociedade.

2.2.2) Análise do plano de ação

Por tratar de uma Unidade Descentralizada esta Unidade Jurisdicionada não possui responsabilidade de gerir Programas de Governo Inscritos na Lei de Plano Plurianual. Os recursos são geridos pelo Departamento de Policia Rodoviária Federal com sede em Brasília/DF. Os quadros abaixo demonstram o quantitativo de recursos descentralizados nos respectivos programas, no entanto os indicadores e resultados estão impossibilitados de aferição, haja vista que são realizados pela Unidade Central.

2.3) Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade

2.3.1) Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0663	**Denominação: Segurança Pública nas Rodovias Federais**					
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a prevenção e repressão de ações delituosas e redução dos acidentes de trânsito						
Objetivos Específicos: Ação 2B11 – Monitoramento, controle e fiscalização eletrônica da malha rodoviária federal Ação 2524 – Capacitação dos servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal Ação 2720 – Ações de caráter sigiloso na área de segurança pública Ação 2723 – Policiamento ostensivo nas rodovias e estradas federais Ação 2816 – Serviço de inteligência da Polícia Rodoviária Federal Ação 4290 – Atividades de saúde nas rodovias federais Ação 4641 – Publicidade de utilidade pública Ação 86A1 – Processamento e arrecadação de multas aplicadas pela PRF Ação 8692 – Educação de trânsito para usuários das rodovias federais						
Gerente: Maria Alice do Nascimento		**Responsável: Giovanni Di Mambro**				
Público Alvo: Usuários das rodovias e estradas federais e pessoas que residem as margens das rodovias federais.						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						**Em R$ 1,00**
Dotação		**Despesa Empenhada**	**Despesa Liquidada**	**Restos a Pagar não processados**	**Valores Pagos**	
Inicial	**Final**					
		4.051.294,53	**2.932.014,33**	**1.119.280,20**	**2.932.014,33**	

Informações sobre os resultados alcançados						
Indicador: Taxa de mortalidade nas rodovias federais						
Ordem	**Indicador (Unidade medida)**	**Referência**			**Índice previsto no exercício**	**Índice atingido no exercício**
		Data	**Índice inicial**	**Índice final**		
1	Unidade	02/01/2007	1,51	1,35	1,40	
Fórmula de Cálculo do Índice						
Número de mortes ocorridas em acidentes de trânsito nas rodovias federais no ano relativo à 10.000 veículos da frota nacional.						
Análise do Resultado Alcançado						
O resultado será apresentado pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal após a compilação dos dados de todas as Unidades Descentralizadas.						
Indicador: Taxa de variação de acidentes nas rodovias federais						
Ordem	**Indicador (Unidade medida)**	**Referência**			**Índice previsto no exercício**	**Índice atingido no exercício**
		Data	**Índice inicial**	**Índice final**		
2	Unidade	02/01/2007	27,20	25,50	26,00	
Fórmula de Cálculo do Índice						
Número de acidentes ocorridos nas estradas federais no ano por 10.000 veículos da frota nacional.						
Análise do Resultado Alcançado						
O resultado será apresentado pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal após a compilação dos dados de todas as Unidades Descentralizadas.						
Indicador: Sensação de Segurança nas Rodovias Federais						
Ordem	**Indicador (Unidade medida)**	**Referência**			**Índice previsto no exercício**	**Índice atingido no exercício**
		Data	**Índice inicial**	**Índice final**		
3	%	01/01/2007	65,00	80,00	76,00	Sem apuraçao
Fórmula de Cálculo do Índice						
Percentual de pessoas que se sentem seguras/ total da amostra.						
Análise do Resultado Alcançado						
O resultado será apresentado pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal após realização de pesquisa.						

Fonte: SIAFI e Relatório de Gestão do DPRF

Identificação do Programa de Governo

Código no PPA: 1386	Denominação: Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal

Tipo do Programa: Finalístico

Objetivo Geral: Prover a Polícia Rodoviária Federal de estrutura e seus meios finalísticos de potencial laborativo, a fim de possibilitar a execução das tarefas operacionais destinadas à segurança pública

Objetivos Específicos:
1D49 - Construção do Edifício-Sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal
200C - Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária
200G - Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal
8698 - Manutenção e Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação
8623 - Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal

Gerente: Maria Alice do Nascimento | **Responsável:** Ricardo Max de Oliveira Pereira – CGPLAM

Público Alvo: Departamento de Polícia Rodoviária Federal e usuários de Rodovias Federais

Informações orçamentárias e financeiras do Programa — **Em R$ 1,00**

Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
		2.143.025,88	**1.062.471,86**	**1.080.554,02**	**1.062.471,86**

Informações sobre os resultados alcançados

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	%	02/01/07	56,12	80,00	76,67	

Fórmula de Cálculo do Índice

Relação percentual entre o número de unidades operacionais que possuem estrutura adequada em relação ao total de unidades operacionais existentes.

Análise do Resultado Alcançado

O coeficiente de adequação das instalações físicas desta Superintendência Regional no exercício de 2010 é de 71,98 %.

Identificação do Programa de Governo

Código no PPA: 0750	Denominação: Apoio Administrativo

Tipo do Programa: Programas de Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais

Objetivo Geral: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos

Objetivos Específicos:
Ação 2000 – Administração da Unidade
Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus dependentes
Ação 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados
Ação 2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados
Ação 2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados
Ação 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais
Ação 20CW - Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos

Gerente: Não existe | **Responsável:** Não existe

Público Alvo: Governo

Informações orçamentárias e financeiras do Programa — **Em R$ 1,00**

Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
		3.685.720,30	**3.229.431,76**	**456.288,54**	**3.223.971,25**

Informações sobre os resultados alcançados

Indicadores ou parâmetros utilizados: não existem

Análise do Resultado Alcançado

Esse Programa contempla despesas obrigatórias (pessoal ativo, assistência médica e auxílios alimentação, creche e transporte), cuja execução independe de transferência de limite orçamentário, as quais foram atendidas plenamente.
De outro turno, as despesas discricionárias (Ação 2000 – Administração da Unidade) não foram integralmente atendidas devido à insuficiência de recursos.

Análise crítica:

Por tratar de uma Unidade Descentralizada esta Unidade Jurisdicionada não possui responsabilidade de gerir Programas de Governo Inscritos na Lei de Plano Plurianual. Os recursos

são geridos pelo Departamento de Policia Rodoviária Federal com sede em Brasília/DF. Os quadros demonstram o quantitativo de recursos descentralizados nos respectivos programas, no entanto os indicadores e resultados estão impossibilitados de aferição, haja vista que serão realizados pela Unidade Central.

2.3.2) Execução física das ações realizadas pela UJ

Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
06	122	0750	2000	A	4	unidade			
06	128	0663	2524	A	4	unidade			
06	181	0663	2B11	A	4	unidade			
06	181	0663	2723	A	3	unidade			
06	181	0663	4290	A	4	unidade			
06	181	0663	86A1	A	4	unidade			
06	181	1386	8623	A	4	unidade			
06	181	1386	8698	A	4	unidade			
06	181	1453	8855	A	4	unidade			
06	183	0663	2816	A	4	unidade			
06	422	1453	20EV	A	4	unidade			
06	422	1453	8857	A	4	unidade			
06	452	0663	8692	A	4	unidade			
09	272	0089	0181	A	4	unidade			
12	362	1449	4017	A	4	unidade			
26	125	1463	2348	A	4	unidade			

Fonte: SIAFI 2011

As metas previstas, realizadas e a realizar são informadas pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal em seu Relatório de Gestão.

Análise crítica:

Por tratar de uma Unidade Descentralizada esta Unidade Jurisdicionada não possui responsabilidade de gerir Programas de Governo Inscritos na Lei de Plano Plurianual. Os recursos são geridos pelo Departamento de Policia Rodoviária Federal com sede em Brasília/DF.

2.4) Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1) Programação Orçamentária da Despesa

Esta Unidade Jurisdicionada não é classificada como Unidade Orçamentária, por isso encontra-se impossibilitada de prestar as informações de programações orçamentárias.

2.4.2) Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1) Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ

2.4.2.1.1) Despesas por Modalidade de Contratação

Esta Unidade Jurisdicionada não é classificada como Unidade Orçamentária, por isso encontra-se impossibilitada de prestar as informações de programações orçamentárias contidas nos seguintes quadros:

A.2.8- Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ;

A.2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ;
A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ.

2.4.2.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.2.2.1) Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação — Valores em R$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2010	2011	2010	2011
Modalidade de Licitação	**9.742.449,44**	**7.714.209,78**	**568.294,75**	**3.394.905,03**
Convite				
Tomada de Preços	2.344.593,28	93.791,18	327.541,18	12.662,58
Concorrência				
Pregão	7.397.856,16	7.620.418,60	568.294,75	3.382.242,45
Concurso				
Consulta				
Registro de preços				
Contratações Diretas	**1.404.011,09**	**1.175.441,66**	**1.404.011,09**	**462.428,36**
Dispensa	985.158,24	980.341,19	985.158,24	395.327,10
Inexigibilidade	418.852,85	195.100,47	418.852,85	67.101,26
Regime de Execução Especial	**0,00**	**0,00**	**0,00**	
Suprimento de Fundos	0,00	0,00		
Pagamento de Pessoal			**0,00**	
Pagamento em Folha	6.254,25	9.103,19		9.103,19
Diárias	1.101.336,46	1.017.147,92		
Outras	**1.107.590,71**	**1.026.251,11**	**0,00**	

Fonte: SIAFI 2011

2.4.2.2.2) Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação — Valores em R$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
1 – Despesas de Pessoal	**22.782,49**	**9.103,19**	**22.782,49**	**9.103,19**			**22.782,49**	**9.103,19**
3.3.1.9.0.08.03	19.505,37	----------	19.505,37	----------	----------	----------	19.505,37	----------
3.3.1.9.0.08.01	3.277,12	9.103,19	3.277,12	9.103,19	----------	----------	3.277,12	9.103,19

Demais elementos								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento								
2º elemento								
3º elemento								
Demais elementos								
3- Outras Despesas Correntes	**7.036.094,61**	**8.900.064,94**	**5.816.102,29**	**7.151.207,91**	**1.409.268,94**	**1.187.098,27**	**5.699.855,36**	**7.145.747,40**
3.3.9.0.39.00	2.012.294,26	2.649.591,41	1.422.626,70	1.813.586,23	931.518,61	543.984,68	1.422.626,71	1.811.194,02
3.3.9.0.30.00	1.970.830,23	2.431.695,55	1.612.411,22	1.760.096,85	311.479,84	286.549,56	1.607.402,22	1.757.028,55
3.3.9.0.37.00	1.766.109,99	1.972.057,04	1.520.484,76	1.811.136,20	156.833,76	356.564,03	1.409.246,83	1.811.136,20
Demais elementos	1.286.860,13	1.846.720,94	1.260.579,61	1.766.388,63	9.436,73		1.260.579,61	1.766.388,63

Fonte: SIAFI 2011

2.4.2.2.3) Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação — Valores em R$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
4 - Investimentos	**5.262.516,39**		**1.223.624,49**		**500.125,98**		**1.219.775,49**	
4.4.9.0.51.00	2.329.844,90	81.128,60		81.128,60	339.865,09			81.128,60
4.4.9.0.52.00	2.932.671,49	1.057.767,16		72.840,49	160.260,00		1.219.775,49	72.840,49
3º elemento								
Demais elementos								
5 - Inversões Financeiras								
1º elemento	----------		----------		----------		----------	
2º elemento	----------		----------		----------		----------	
3º elemento	----------		----------		----------		----------	
Demais elementos	----------		----------		----------		----------	
6 - Amortização da Dívida								
1º elemento	----------		----------		----------		----------	
2º elemento	----------		----------		----------		----------	
3º elemento	----------		----------		----------		----------	
Demais elementos	----------		----------		----------		----------	

Fonte: SIAFI 2011

Análise critíca:

Em uma análise crítica da gestão da execução Orçamentária dessa Unidade Administrativa não se observa alterações significativas nos montantes de recursos liberados pelo Órgão Centralizador.

Podemos verificar que houve contingenciamento de recursos, tanto na área de Investimentos como na de despesas correntes o que influenciou diretamente na gestão administrativa e operacional. Cabe ressaltar que a liberação de disponibilidade orçamentária ocorreu no final do exercício financeiro, prejudicando sensivelmente a condução de processos licitatórios, principalmente os de reforma e ampliação dos postos de fiscalização. Os processos licitatórios que foram concluídos dentro do prazo hábil para emissão de nota de empenho foram devidamente empenhados, no entanto houve inscrições de despesas em restos a pagar, devido a liberação dos recursos terem ocorridos no final do exercício financeiro.

Outro fator a se destacar é o aumento dos custos com diárias de pessoal em face de necessidade constante de movimentação do efetivo de uma delegacia para outra na tentativa de suprir a deficiência de pessoal, principalmente nos períodos de feriados prolongados e festividades.

2.4.3) Indicadores Institucionais

- Indicadores Institucionais desenvolvidos pela UJ

Em virtude das metas pactuadas serem em âmbito nacional existe certa dificuldade na aplicação ou até mesmo na análise isoladamente em nível regional.

Essa dificuldade foi comunicada a equipe da Controladoria Geral da União responsável pela auditoria do processo anual de contas referente ao exercício de 2007, que se manifestou favorável, conforme demonstrativo das constatações anexo ao relatório de auditoria n.º208.275, no sentido que essa Unidade Regional com base nas metas pactuadas pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal estabelecesse suas próprias metas físicas e criasse indicadores de desempenho que permitam a avaliação do desempenho operacional da Unidade.

Seguindo a diretriz sugerida pelo Órgão de Controle Interno a 3.ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal estabeleceu algumas Metas Físicas a serem alcançadas na gestão administrativa e financeira a partir do exercício de 2008, as quais são apresentadas a seguir:

- Utilidade

As metas físicas estipuladas foram aferidas através da aplicação dos Indicadores de Desempenho abaixo elencados e pretendem demonstrar a eficiência, a efetividade e a economicidade das ações administrativas desta Unidade Regional.

- Mensurabilidade

Programa 0750 – apoio administrativo

No programa 0750 – Apoio Administrativo foi estabelecido à meta física de redução de 5% dos custos anuais com despesas administrativas. Neste programa de trabalho estão às ações destinadas à administração da unidade, ou seja, englobam as despesas para manutenção da sede administrativa da superintendência regional, das delegacias e dos postos de fiscalização.

Neste grande grupo de despesas estão inseridas as despesas com energia elétrica, telefonia, abastecimento de água e esgoto, materiais de expediente, serviços continuados, tais como: vigilância dos prédios, limpeza e conservação, copeiragem e apoio administrativo, e demais despesas de natureza administrativa.

Para mensurar e acompanhar o desempenho da aplicação dos recursos neste programa de trabalho e aferir se os resultados foram alcançados, foi criado em âmbito regional o Indicador de desempenho de Despesas Administrativas (I.D.A) mensurado através da seguinte fórmula:

$$I.D.A = \frac{\text{(total aplicado exercício atual)}}{\text{(total aplicado exercício anterior)}} - 1 \times 100 = \%\ \text{de aumento ou redução nos custos}$$

$$I.D.A = \frac{3.685.720,30}{2.736.185,44} - 1 \times 100 = 34,70\ \%\ \text{de aumento nos custos}$$

No exercício de 2011 houve um acréscimo de 34,70% nos custos administrativos em relação ao exercício de 2010 em função principalmente do reajuste dos contratos de serviços continuados para manutenção do equilíbrio econômico financeiro, aliados aos reajustes das tarifas de serviços públicos em especial os serviços de fornecimento de água, esgoto e energia elétrica.

Face a esse contexto, não foi possível a concretização da meta física de redução de 5% nos custos administrativos desta Regional.

Programa 0663 – segurança pública nas rodovias federais

No programa 0663 – Segurança pública nas rodovias federais, por ser este um programa finalístico foram estabelecidas as seguintes metas físicas em âmbito regional:

a) redução de 5 % nos custos anuais com manutenção da frota veicular;

b) aumento de 10 % no índice da renovação de frota veicular;

c) aumento de 10% nos índices de ações de fiscalização e controle de trânsito em áreas de risco e relevância;

d) redução de 15% no índice de processos de recursos de multas pendentes, existentes na JARI e na CADA;

a) Para a meta física de redução de 5% nos custos anuais com manutenção de frota veicular foi criado o seguinte indicador de desempenho:

$$I.M.F = \frac{\text{(total aplicado exercício atual)}}{\text{(total aplicado exercício anterior corrigido p/ indice de inflação)}} - 1 \times 100 = \ \%$$

Para que esse indicador represente com maior precisão o desempenho da gestão foi aplicado sobre o montante de recursos do ano anterior o índice inflacionário oficial. O índice adotado foi o IPCA por ser considerado o índice oficial de inflação do País.

O IPCA acumulado no exercício de 2011 é de 6,50 % conforme informações obtidas junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Total aplicado no exercício anterior em manutenção da frota = R$ 535.796,96
Valor corrigido pelo índice de inflação = R$ 570.623,76

$$I.M.F = \frac{758.084,17}{570.623,76} - 1 \times 100 = -32\ \%$$

A meta física estipulada de redução de 5% nos custos com manutenção mecânica da frota veicular não foi atingida, havendo um acréscimo na ordem de 32 % ocasionada pela necessidade de manutenção de algumas viaturas de outras regionais que vieram para o Mato Grosso do Sul participar da Operação Sentinela deflagrada pelo Ministério da Justiça com intuito de reforçar a fiscalização na região de fronteira, ressaltando que esta operação ocorreu durante todo o exercício.

b) para a meta física de aumento de 10% no índice da renovação da frota veicular foi criado o seguinte indicador de desempenho:

$$\text{índice renovação da frota} = \frac{\text{n.º de viaturas com tempo padrão}}{\text{total de viaturas}} \times 100$$

Esse indicador permite o acompanhamento da renovação da frota veicular da Superintendência Regional. Para a criação desse indicador foi estipulado pela Administração Central que as viaturas com até quatro anos de uso são consideradas com tempo ideal para o trabalho operacional.

Partindo desse tempo padrão, a Administração Regional tem envidado esforços para a realização sistemática de alienação dos veículos com tempo de uso superior há quatro anos.

O índice ideal para a Superintendência Regional é de que 100 % de sua frota veicular estejam com tempo de uso inferior aos quatro anos estipulados pela Administração Central, mas devido ao contingenciamento de recursos no decorrer dos anos, a meta estipulada foi a de acréscimo de 10% no índice.

Em 2009 houve a alienação de 05 veículos através de leilão, a incorporação de 09 veículos novos e remanejamento de alguns veículos com outras unidades da federação, alterando a composição da frota veicular que passou a ter a seguinte composição no encerramento do exercício de 2009:

Total de veículos = 151
Veículos com tempo de uso inferior a quatro anos = 92
Veículos com tempo de uso superior a quatro anos = 59

Indicador de desempenho de 2009

$$I.R.F = \frac{92}{151} \times 100 = 61\ \%$$

Em 2010 houve a incorporação de 17 veículos novos alterando a composição da frota veicular que passou a ter a seguinte composição no encerramento do exercício de 2010:

Total de veículos = 168
Veículos com tempo de uso inferior a quatro anos = 109
Veículos com tempo de uso superior a quatro anos = 59

Indicador de desempenho de 2010

$$I.R.F = \frac{109}{168} \times 100 = 64{,}88\ \%$$

Em 2011 houve a incorporação de 16 veículos novos, a baixa de 26 veículos e o remanejamento de alguns veículos com outras unidades da federação, alterando a composição da frota veicular que passou a ter a seguinte composição no encerramento do exercício de 2011:

Total de veículos = 118
Veículos com tempo de uso inferior a quatro anos = 83
Veículos com tempo de uso superior a quatro anos = 35

Indicador de desempenho de 2011

$$I.R.F = \frac{83}{118} \times 100 = 70\ \%$$

Em virtude da política de contingenciamento de recursos adotada pela direção geral do Departamento de Policia Rodoviária Federal no exercício financeiro de 2011 a meta estipulada não foi atingida, uma vez que o indicador de desempenho de renovação de frota veicular apresenta um acréscimo de apenas 5,12 % em relação ao indicador do ano de 2010.

Convém ressaltar que o acréscimo do Indicador de Renovação da Frota foi resultado de uma política de remanejamento de viaturas para outras Unidades da Federação e da baixa de veículos considerados antieconômicos e sinistrados, que resultaram em uma diminuição do quantitativo da frota na ordem de 30 % o que representa uma diminuição de 50 viaturas na capacidade operacional da Regional.

Ao término do exercício de 2011 esta unidade conta com 70 % de seus veículos com tempo

ideal de uso, no entanto apresenta uma deficiência no quantitativo total da frota na ordem de 30% comparado ao Indicador do exercício de 2010.

Convém salientar que a renovação da frota é de suma importância para o trabalho operacional, haja vista que as viaturas policiais são uma das principais ferramentas na atividade de patrulhamento ostensivo das rodovias federais na busca de atingir a missão institucional de zelar pela segurança pública e de evitar os acidentes de trânsito.

Observa-se que à medida que há um aumento no índice de renovação de frota, ou seja, que as viaturas se aproximam do tempo de uso padrão, há uma redução nos custos com a manutenção mecânica.

Desta forma, apesar dos contingenciamentos orçamentários, esta Unidade Administrativa pretende seguir essa política de renovação de frota mantendo a meta estipulada de 10% de acréscimo no índice para ser atingida no próximo exercício financeiro.

c) meta física de aumento de 10% nos índices de ações de fiscalização e controle de trânsito em áreas de risco e relevância.

Por se tratar de um programa de governo que trata especificamente da segurança pública nas rodovias federais, onde a ação em que foram disponibilizadas as maiores quantidades de recursos orçamentários e financeiros foi a **2723 – policiamento ostensivo das rodovias e estradas federais** e seguindo a diretriz das metas pactuadas pelo Departamento de Policia Rodoviária Federal para o PPA 2008-2011 que tratam em âmbito nacional sobre a sensação de segurança pública, taxa de mortalidade e taxa de variação de acidentes, esta Unidade Administrativa pretende medir seu desempenho através da criação de indicadores que demonstrem a efetividade de suas atividades operacionais.

A maior dificuldade encontrada ao longo dos anos para criação de metas físicas e indicadores de desempenho com objetivo de mensurar os dados estatísticos de acidente de trânsito e relacioná-lo com a atividade operacional de policiamento ostensivo, prende-se ao fato dos inúmeros fatores externos à ação fiscalizadora influenciarem diretamente nos resultados.

A aplicação de meta física que indique um percentual de redução no número de acidentes e consequentemente no número de vítimas é inviável, pois, mesmo que a Polícia Rodoviária Federal consiga atingir índices de eficiência através do aumento da fiscalização e o emprego intensivo de recursos humanos, científicos e tecnológicos, restaria ainda a dependência de fatores externos tais como: nível de conscientização dos condutores, condições de trafegabilidade das rodovias, aumento da frota nacional, dentre outros.

O número de vítimas e a quantidade de acidentes de trânsito dependem muito mais de uma mudança comportamental dos usuários das rodovias do que propriamente da ação fiscalizadora, inobstante essa seja uma ferramenta importante para a transformação do comportamento humano.

Face às dificuldades de análise da efetividade das ações de policiamento considerando apenas a taxa de variação de acidentes e a taxa de mortalidade nas rodovias federais, a administração regional criou indicadores para efetivamente aferir o desempenho de suas ações operacionais, em especial, as atividades relacionadas ao controle de excesso de velocidade e ultrapassagens indevidas.

Esses tipos de infrações foram escolhidos por serem as principais causas motivadoras de ocorrências de acidentes de trânsito. Para tanto foram criados indicadores de desempenho que

permitem avaliação ao longo do exercício se houve aumento ou redução do percentual de autos de infrações emitidos.

A meta física estipulada para o exercício de 2011 foi o de aumentar os índices em 10% e para isso foi implantada no âmbito da regional um mapeamento dos locais de risco e relevância, ou seja, identificar os locais onde há frequentes ocorrências de trânsito e ali intensificar as fiscalizações, principalmente no que concerne a coibir as infrações por ultrapassagens indevidas e excesso de velocidade.

Para o cumprimento dessa meta física foram criados os seguintes indicadores de desempenho que pretendem medir a eficácia das ações de policiamento ostensivo:

- Índice percentual de autos de infração por excesso de velocidade

  Número de autos de infração por excesso de velocidade
  Número total de autos de infração emitidos x 100 = índice em %

- Índice percentual de autos de infração por ultrapassagens indevidas

  Número de autos de infração por ultrapassagem indevida
  Número total de autos de infração emitidos x 100 = Índice em %

- Índice geral de fiscalização

  A.I p/ ultrapassagem indevida + A.I p/ excesso de velocidade
  Número total de autos de infração emitidos x 100 = Índice em %

Exercício 2010

Total de autos de infrações emitidos = 75.818
Autos de infrações por excesso de velocidade = 4.386
Autos de infrações por ultrapassagens indevidas = 26.281

Índice percentual de autos de infração por excesso de velocidade

4.386 x 100 = 5,84 %
75.188

índice percentual de autos de infração por ultrapassagens indevidas

26.281 x 100 = 34,95 %
75.188

índice geral de fiscalização

30.667 x 100 = 40,79 %
75.188

Exercício 2011

Total de autos de infrações emitidos = 63.857
Autos de infrações por excesso de velocidade = 3.615
Autos de infrações por ultrapassagens indevidas = 22.707

Índice percentual de autos de infração por excesso de velocidade

3.615 x 100 = 5 %
63.857

índice percentual de autos de infração por ultrapassagens indevidas

22.707 x 100 = 35 %
63.857

índice geral de fiscalização

26.322 x 100 = 41 %
63.857

Na análise comparativa dos dados e dos indicadores de desempenho de 2011 em relação ao exercício de 2010 se verifica uma manutenção nos índices de autos emitidos para infrações tipificadas por excesso de velocidade e ultrapassagens indevidas, porém aquém da meta prevista.

Esse fator decorreu da impossibilidade da utilização dos radares manuais e eletrônicos em todo o trecho sob jurisdição devido à falta de estudo técnico do tipo "B" estipulado pela resolução 214 do CONTRAN, ressaltando que tal estudo não dependia exclusivamente desta Superintendência Regional. A aprovação do estudo técnico somente se concretizou em apenas alguns locais das rodovias, dificultando a utilização dos equipamentos de aferição de velocidade.

Em face desse fator externo o cumprimento das metas estipuladas para o exercício 2011 foi bastante prejudicado, mas a administração pretende manter a meta de aumento de 10% no índice para o exercício de 2012, acreditando que com o advento da Resolução do Contran n.º 396/2011 editada no mês de dezembro de 2011 a utilização de equipamentos de aferição de velocidade será mais eficiente.

d) manutenção do índice de processos de recursos de multas pendentes na JARI e na CADA na faixa de 10 %.

Em face de existência de grande quantidade de processos de recursos de multas pendentes de análise e julgamento, houve uma sobrecarga das atividades da JARI – Junta Administrativa de Recursos de Infração e da CADA – Comissão Administrativa de Defesa de Autuação.

Há de se frisar que com o aumento da fiscalização e consequentemente com o acréscimo do número de autos de infrações emitidos houve proporcionalmente o aumento na demanda de

recursos administrativos, ocasionando em grande quantidade de processos pendentes de análise.

Esse número de processos pendentes de análise por parte da Administração reflete diretamente no grau de satisfação da sociedade em relação ao atendimento e tempo de resposta ao cliente/cidadão que interpôs recurso.

Assim sendo, a administração em um primeiro momento entendeu ser necessária a implantação de uma meta física que estabelecesse um percentual a ser reduzido no número de processos pendentes de análise e julgamento e firmou entendimento que o índice aceitável de processos pendentes deve estar em torno de 10%.

Para acompanhamento dessa meta estipulada, foi criado em âmbito regional, um indicador de desempenho que permite aferir a eficiência dos serviços prestados pelas unidades responsáveis pela análise e julgamento dos recursos administrativos, conforme fórmula abaixo descrita:

$$\frac{\text{n.º de processos pendentes}}{\text{n.º de processos instruídos + n.º de processos de anos anteriores}} \times 100 = \text{Índice}$$

Número de processos existentes na JARI :

	2009	***2010***	***2011***
processos instruídos	1.296	1.403	698
processos pendentes	409	447	732

Indicador de desempenho de 2009

$$\frac{409}{1.296 + 153} \times 100 = 28\%$$

Indicador de desempenho de 2010

$$\frac{447}{1.403 + 409} \times 100 = 24{,}66\ \%$$

Indicador de desempenho de 2011

$$\frac{732}{698 + 447} \times 100 = 63\ \%$$

Nesse exercício houve grande dificuldade para o cumprimento da meta estipulada em função da diminuição do efetivo a disposição da Junta Administrativa de Recursos e Infração.

Número de processos existentes na CADA :

	2009	*2010*	*2011*
processos instruídos	3.611	2.879	2352
processos pendentes	368	697	534

Indicador de desempenho de 2009

$$\frac{368}{3.611 + 209} \times 100 = 10\ \%$$

Indicador de desempenho de 2010

$$\frac{697}{2.879 + 368} \times 100 = 21{,}46\ \%$$

Indicador de desempenho de 2011

$$\frac{534}{2.352 + 697} \times 100 = 17\ \%$$

Nesse exercício houve grande dificuldade para o cumprimento da meta estipulada em função da diminuição do efetivo a disposição da Comissão Administrativa de Defesa de Autuação.

3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

3.1) Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Nesta Unidade Jurisdicionada não constam registros de reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

4. SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR

4.1) Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar

Quadro A.4.1 – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores — Valores em R$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	**Montante Inscrito**	**Cancelamentos acumulados**	**Pagamentos acumulados**	**Saldo a Pagar em 31/12/2011**
2011	131.392,63	11.054,45	119.954,93	383,25
2010	120.208,31	---------	----------	131.392,63
2009	42.538,69	---------	31.354,37	11.184,32
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	**Montante Inscrito**	**Cancelamentos acumulados**	**Pagamentos acumulados**	**Saldo a Pagar em 31/12/2011**
2011	0,00	342.163,32	4.003.261,39	1.164.098,43
2010	5.258.884,22	---------	----------	5.509.523,14
2009	1.909.394,92	246.651,89	1.526.691,81	250.751,30
2010	120.208,31	---------	----------	
Observações:				

Fonte: SIAFI

4.2) Análise Crítica

O saldo de restos a pagar não processados de 2009 no valor de R$ 250.751,30 estão em análise para apuração do que será efetivamente executado e será ajustado dentro do prazo previsto pelo Decreto nº 7.418 de 31 de dezembro de 2010, que prorrogou sua validade até o dia 30 de abril de 2011.

As informações de restos a pagar de 2009, 2010 e 2011 constantes da planilha acima, foram extraídas do SIAFI 2010 e 2011 na transação consultorc, tendo como referência o mês de dezembro.

5. RECURSOS HUMANOS

5.1) Composição do Quadro de Servidores Ativos

Quadro A.5.1 - Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2011

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2011	Egressos em 2011
	Autorizada	Efetiva		
1 Servidores em cargo efetivo		369		12
1.1 Membros de poder e agentes políticos				
1.2 Servidores de Carreira		**369**		**12**
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		369		12
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório				
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas				
2 Servidores com Contratos Temporários				
3 Total de Servidores		**369**		12

Fonte: Seção de Recursos Humanos

Quadro A.5.2 - Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12/2011

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	**2**
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	
1.2. Exercício de Função de Confiança	
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	2
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Gradução Stricto Sensu no País	
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	**2**
3.1. De oficio, no interesse da Administração	
3.2. A pedido, a critério da Administração	2
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	

3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	**12**
4.1. Doença em pessoa da família	12
4.2. Capacitação	
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	
5.2. Serviço militar	
5.3. Atividade política	
5.4. Interesses particulares	
5.5. Mandato classista	
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	**16**

Fonte: Seção de Recursos Humanos

Quadro A.5.3 – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	1	1		
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	1	1		
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão				
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
1.2.4. Sem vínculo				
1.2.5. Aposentados				
2. Funções gratificadas	**38**	**38**		
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	38	38		
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	**39**	**39**		

Fonte: Seção de Recursos Humanos

Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	**27**	**138**	**125**	**36**	**4**
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira	27	138	125	36	4
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
2. Provimento de cargo em comissão					
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior		1			

2.3. Funções gratificadas		20	16	1	
3. Totais (1+2)	**27**	**159**	**141**	**37**	**4**

Fonte: Seção de Recursos Humanos

Quadro A.5.5 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo					166	163	1		
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira					166	163	**1**		
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
2. Provimento de cargo em comissão					**15**	**22**			
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior									
2.3. Funções gratificadas					15	22			
3. Totais					**181**	**185**	**1**		

LEGENDA
Nível de Escolaridade
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: Seção de Recursos Humanos

5.2) Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro de 2011

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	**95**	
1.1 Voluntária		2
1.2 Compulsória		1
1.3 Invalidez Permanente		2
1.4 Outras		
2. Proporcional	**20**	
2.1 Voluntária		
2.2 Compulsória		
2.3 Invalidez Permanente		3
2.4 Outras		
3. Totais (1+2)	**115**	**8**

Fonte: Seção de Recursos Humanos

Quadro A.5.7 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2011

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado		
1.1. Integral		
1.2. Proporcional		
2. Em Atividade		1
3. Total (1+2)	33	

Fonte: Seção de Recursos Humanos

5.3) Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	6	6	6	6	
1.1 Área Fim					
1.2 Área Meio	6	6	6	6	
2. Nível Médio	18	19	21	19	
2.1 Área Fim					
2.2 Área Meio	18	19	21	19	
3. total	**24**	**25**	**27**	**25**	**103208,09**

Fonte: Seção de Recursos Humanos

5.4) Quadro de custos de Recursos Humanos

Quadro A.5.9 - Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010. Valores em R$ 1,00

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2011	44.960.049,42							44.960.049,42
2010	41.198.750,70	180.359,49	5.175.184,55	1.325.700,88	1.518.664,91			49.398.600,53
2009	38.461.313,65	164.302,35	4.802.421,90	1.203.249,94	747.019,79			45.378.307,63
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2011	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------
2010	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------
2009	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------
Servidores com Contratos Temporários								
2011	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------
2010	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------
2009	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2011	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------
2010	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------

2009	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2011	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------
2010	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------
2009	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2011	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------
2010	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------
2009	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2011	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------
2010	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------
2009	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------

Fonte: Seção de Recursos Humanos

5.5 Terceirização de mão de obra empregada pela Unidade Jurisdicionada

5.5.1 – Informações sobre Terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do Órgão.

Nesta Unidade Jurisdicionada não existem ocorrências de servidores terceirizados.

5.5.2 - Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados.

Não se aplica a esta Unidade Jurisdicionada.

5.5.3 – Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade.

Quadro A.5.12 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: 3ª SUPERINTENDENCIA REGIONAL													
UG/Gestão: 200.128 - 00001				**CNPJ: 00.394.494/0123-04**									
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	**Área**	**Nat.**	**Identificação do Contrato**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período contratual de execução das atividades contratadas**		**Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados**						**Sit.**
							F		**M**		**S**		
					Início	**Fim**	**P**	**C**	**P**	**C**	**P**	**C**	
2008	**L**	**O**	**20/2008**	**03.703.179/0001.31**	**16/12/08**	**17/12/12**	**-**	**-**	**42**	**38**	**-**	**-**	**P**
2010	**V**	**O**	**06/2010**	**04.731.108/0001-05**	**30/09/10**	**01/10/12**	**-**	**-**	**18**	**8**	**-**	**-**	**P**
Observação:													
LEGENDA **Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. **Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial. **Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. **Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. **Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: Seção Administrativa e Financeira

Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante														
Nome: 3ª SUPERINTENDENCIA REGIONAL														
UG/Gestão: 200.128 - 00001				**CNPJ: 00.394.494/0123-04**										
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	**Área**	**Nat.**	**Identificação do Contrato**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período contratual de execução das atividades contratadas**		**Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados**						**Sit.**
							F		**M**		**S**		
					Início	**Fim**	**P**	**C**	**P**	**C**	**P**	**C**	
2011	**1**	**O**	**06/2011**	**09.484.770/0001-21**	**07/04/11**	**06/04/12**	**-**	**-**	**33**	**31**	**1**	**1**	**A**
2010	**3**	**O**	**07/2010**	**09.484.770/0001-21**	**30/08/10**	**30/08/12**	**2**	**2**	**-**	**-**	**-**	**-**	**P**
Observação:														

LEGENDA

Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;
7. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Seção Administrativa e Financeira

5.6) Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

A unidade Jurisdicionada não dispõe de indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos, uma vez que o gerenciamento de Recursos Humanos é realizado pela Unidade Central em Brasília-DF.

6. TRANSFERÊNCIAS

6.1) Transferências efetuadas no exercício

6.1.1) Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2011

Nesta Unidade Jurisdicionada não houve instrumentos de transferência no exercício de 2011.

6.1.2) Quantidade dos instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

Nesta Unidade Jurisdicionada não houve instrumentos de transferência nos três últimos exercícios.

6.1.3) Informações sobre o conjunto dos instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2011 e seguintes.

Nesta Unidade Jurisdicionada não há previsão de instrumentos de transferência para o exercício de 2011 e seguintes.

6.2 - Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios e de contratos de repasse

Nesta Unidade Jurisdicionada não há convênios e contratos de repasse para prestação de contas.

7 – DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL REFERENTES A CONTRATOS E CONVÊNIOS ATESTANDO A ATUALIZAÇÃO NO SIASG E SICONV

Quadro A.7.1 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
3ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal / MS
Gestor de Contratos/SAF

DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SCONV

DECLARAÇÃO

Eu, ***NEEMIAS GONÇALVES DE CARVALHO***, CPF 365.520.031-53, ocupante do cargo de Policial Rodoviária Federal, exercido na 3ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes aos contratos firmados até o exercício de 2011, por esta Unidade estão disponíveis e atualizados, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o artigo 19 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Campo Grande, 15 de março de 2012.

Neemias Gonçalves de Carvalho
365.520.031-53
PRF/3ªSRPRF/MS

8 - PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010

8.1 – Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93

Quadro A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	01	01	**00**
	Entregaram a DBR	01	01	**00**
	Não cumpriram a obrigação	00	00	**00**
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	00	00	**00**
	Entregaram a DBR	00	00	**00**
	Não cumpriram a obrigação	00	00	**00**
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	00	00	04
	Entregaram a DBR	00	00	04
	Não cumpriram a obrigação	00	00	00

Fonte: Seção de Recursos Humanos

1. - Análise Crítica: No final do exercício financeiro, do total de 38 (trinta e oito) servidores ocupantes do encargo de função gratificada, 34 (trinta e quatro) autorizaram o acesso direto, desburocratizando o processo de apresentação de declaração de bens e valores que compõe o patrimônio, com fulcro na Portaria Interministerial MP/CGU n° 298, de 06.09.2007.

9 – PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010

9. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

9.1) Estrutura de controles internos da UJ

Quadro A.9.1 - Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					**x**
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					**x**
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					**x**
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					**x**
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					**x**

6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					**x**
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					**x**
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.		**x**			
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				**x**	
Avaliação de Risco	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					**x**
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					**x**
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			**x**		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					**x**
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			**x**		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			**x**		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		**x**			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					**x**
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					**x**
Procedimentos de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					**x**
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					**x**
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					**x**
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					**x**
Informação e Comunicação	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				**x**	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				**x**	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					**x**
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					**x**
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					**x**
Monitoramento	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					**x**
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					**x**
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					**x**

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

Considerações gerais:

Essa Unidade Administrativa, através de sua Corregedoria Regional não vêm medindo esforços no sentido de melhorar a qualidade da prestação de serviço, valorizando a imagem da instituição perante a sociedade. Nesse sentido há o combate sistemático na forma preventiva e repressiva dos desvios de conduta.

No ano de 2010 foram instaurados e julgados diversos procedimentos administrativos, sendo todos eles cadastrados no sistema CGU-PAD, ficando assim distribuídos:

Total de Procedimentos Instaurados	**23**
Processos Administrativos disciplinares	7
Sindicâncias (Lei 8.112/90)	16
Total de Procedimentos Julgados	**20**
Processos Administrativos Disciplinares julgados	5
Sindicâncias (Lei 8.112/90) julgados	15

10 – PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010

10. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

10.1) Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	**Avaliação**				
Licitações Sustentáveis	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.	**x**				
Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	**x**				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	**x**				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.	**x**				
Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor				**x**	

consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).					
Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	Redução no consumo de energia				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).	**x**				
Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.			**x**		
Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?					
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).			**x**		
Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?					
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.			**x**		
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				**x**	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				**x**	
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.				**x**	
Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	Através de comunicados internos e em palestras.				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.			**x**		
Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					
Considerações Gerais:					

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

11 – PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010

11. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

11.1) Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro A.11.1 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2010	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	**MATO GROSSO DO SUL**	**27**	**27**
	0143 – NOVA ALVORADA DO SUL	**1**	**1**

	9003 – AGUA CLARA	1	1
	9013 - ANÁSTACIO	2	2
	9037 - BATAGUASSU	2	2
	9051 – CAMPO GRANDE	3	3
	9065 - COXIM	2	2
	9073 DOURADOS	2	2
	9081 – GUIA LOPES DA LAGUNA	1	1
	9097 - JARAGUARI	1	1
	9111 - MIRANDA	1	1
	9123 – NOVA ANDRADINA	1	1
	9125 - PARANAÍBA	1	1
	9131 – PONTA PORÃ	1	1
	9143 – RIO BRILHANTE	1	1
	9159 - TERENOS	1	1
	9165 – TRÊS LAGOAS	3	3
	9179 – MUNDO NOVO	2	2
	9809 – SÃO GABRIEL DO OESTE	1	1
Subtotal Brasil		**27**	**27**
EXTERIOR	**-------**	**---**	**----**
Subtotal Exterior		**0**	**0**
Total (Brasil + Exterior)		**27**	**27**

Fonte: SPIUnet e SIAFI

Quadro A.11.2 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

Não se aplica a essa Unidade Administrativa

Quadro A.11.3 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
200128	**0143.00002.500-3**	**11**	**5**	**100.100,00**	**01/08/01**	**210.461,74**		
200128	**9003.00004.500-8**	**11**	**3**	**24.140,53**	**26/07/01**	**123.345,30**		
200128	**9013.00012.500-9**	**11**	**5**	**28.075,39**	**06/08/01**	**102.517,13**		
200128	**9013.00017.500-6**	**11**	**3**	**154.875,00**	**06/08/01**	**194.030,32**		
200128	**9037.00005.500-8**	**11**	**3**	**80.840,66**	**01/08/01**	**142.264,64**		
200128	**9037.0006.500-3**	**11**	**3**	**144.556,97**	**06/08/01**	**273.485,45**		
200128	**9051.00170.500-1**	**11**	**4**	**350.000,00**	**06/08/01**	**1.872.945,28**	**21.855,90**	
200128	**9051.00172.500-2**	**11**	**3**	**192.476,84**	**06/08/01**	**192.476,84**		
200128	**9051.00216.500-0**	**11**	**4**	**300.300,00**	**08/10/08**	**300.300,00**		

200128	**9065.00023.500-1**	**11**	**4**	**104.446,03**	**06/08/01**	**181.565,25**		
200128	**9065.00024.500-7**	**11**	**4**	**176.181,79**	**06/08/01**	**176.181,79**		
200128	**9073.00055.500-7**	**11**	**4**	**75.522,92**	**06/08/01**	**232.069,43**		
200128	**9073.00056.500-2**	**11**	**4**	**64.772,66**	**06/08/01**	**143.564,64**		
200128	**9081.00008.500-1**	**11**	**4**	**72.425,99**	**06/08/01**	**156.267,01**		
200128	**9097.00004.500-6**	**11**	**3**	**55.857,57**	**30/07/01**	**71.780,83**		
200128	**9111.00015.500-5**	**11**	**4**	**56.096,41**	**30/07/01**	**215.102,85**		
200128	**9123.00018.500-5**	**11**	**4**	**40.783,75**	**06/08/01**	**121.126,83**		
200128	**9125.00018.500-1**	**11**	**5**	**23.239,59**	**06/08/01**	**138.042,34**		
200128	**9131.00148.500-3**	**11**	**3**	**39.454,86**	**06/08/01**	**176.828,57**		
200128	**9143.00007.500-0**	**11**	**5**	**54.614,40**	**06/08/01**	**142.551,78**		
200128	**9159.00008.500-1**	**11**	**3**	**47.626,09**	**06/08/01**	**71.901,10**	**99.998,71**	
200128	**9165.00068.500-3**	**11**	**4**	**75.573,75**	**06/08/01**	**142.636,28**		
200128	**9165.00069.500-9**	**11**	**4**	**78.699,22**	**06/08/01**	**145.390,20**		
200128	**9165.00071.500-0**	**11**	**3**	**115.080,20**	**19/06/02**	**273.546,12**		
200128	**9179.00051.500-0**	**11**	**4**	**78.551,14**	**06/08/01**	**143.794,42**		
200128	**9179.00052.500-6**	**11**	**4**	**120.102,62**	**06/08/01**	**178.525,02**		
200128	**9809.00002.500-7**	**11**	**4**	**70.259,78**	**06/08/01**	**168.445,42**		
Total								

Fonte: SPIUnet e SIAFI

9.2) Análise Crítica sobre a gestão de imobilizados sob sua responsabilidade

As instalações físicas e edificações que compõem o acervo patrimonial desta Regional são, na maioria, originárias do extinto DNER, cujas datas da construção obedeciam a padrões arquitetônicos das décadas de 60 e 70, estando por demais ultrapassados os conceitos de ergonomia e estruturação física. Neste sentido, através do plano de obras e reformas esta Administração tem envidado esforços e recursos para adequação das edificações para a nova realidade da polícia Rodoviária Federal.

12 – PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010

12. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

12.1) Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

Quadro A.12.1 - Gestão de TI da UJ

Quesitos a serem avaliados	**Avaliação**				
	1	**2**	**3**	**4**	**5**
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.	X				
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.	X				
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	X				
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	00				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.	X				

7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.	X				
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.	X				
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.	X				
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.	X				
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.	X				
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	Não se aplica				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.	X				
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.	X				
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?	X				
Considerações Gerais: Esta Unidade Jurisdicionada está subordinada ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal e não possui quadro de funcionários na área de TI. A principal atribuição dessa Unidade Jurisdicionada é a de manter a estrutura de TI planejada e desenvolvida pelo DPRF.					
LEGENDA **Níveis de avaliação:** **(1) Totalmente inválida:** Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ. **(2) Parcialmente inválida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria. **(3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. **(4) Parcialmente válida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria. **(5) Totalmente válida:** Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

13 – PARTE A, ITEM 13, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010

13.1 – Despesas com Cartão de Crédito Corporativo

Esta Unidade Jurisdicionada não faz uso de Cartões de Créditos Corporativos.

14 – PARTE A, ITEM 14, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010

14. 1. INFORMAÇÕES DAS RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS

- Não se aplica a esta Unidade Jurisdicionada

15 – PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010

15.1 - DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

15.1) Deliberações do TCU atendidas no exercício

Não houve deliberação do Tribunal de Contas da União para o exercício 2011.

15.2) Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício.

Não há deliberações do TCU pendentes de atendimento.

15.3) Recomendações do OCI atendidas no exercício

Para o exercício de 2011 não houve recomendação ou determinação por parte do órgão de Controle Interno.

15.4) Deliberações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício.

16 – PARTE A, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010
16.1 RECOMENDAÇÕES DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO OU DE AUDITORIA INTERNA ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria Anual de Contas
Data do Relatório de Auditoria	27/05/2011
Item do Relatório de Auditoria	1.1.2.1
Comunicação Expedida/Data	Ofício n.º 831, de 07/10/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Seção de Recursos Humanos
Descrição da Recomendação	Realizar estudos para dimensionamento da força de trabalho, no que diz respeito ao quantitativo, composição e perfil dos servidores, bem como quanto a definição de estratégias e ações que se fazem necessárias para viabilizar o alcance de suas necessidades.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Seção de Recursos Humanos	
Síntese das providências adotadas	
Não existem estudos atuais sobre o dimensionamento da força de trabalho, no tocante a quantitativo, composição e perfil. Quanto a definição de estratégias e ações, devido a mudança de gestão no DPRF, estão em fase de definição	
Síntese dos resultados obtidos	
A administração da PRF vem empreendendo esforços no sentido de viabilizar a continuidade do concurso público iniciado em 2009 e a realização de novos concursos para o cargo de policial	

rodoviário federal com a maior brevidade possível.
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
O Concurso iniciado em 2009 sofreu diversos entraves administrativos e judiciais em razão dos descumprimentos contratuais da organizadora do certame, motivo pelo qual ainda não foi preenchido o número de vagas disponíveis.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria Anual de Contas
Data do Relatório de Auditoria	27/05/2011
Item do Relatório de Auditoria	1.1.2.1
Comunicação Expedida/Data	Ofício n.º 831, de 07/10/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Seção de Recursos Humanos
Descrição da Recomendação	Realizar as análises relacionadas ao impacto no quantitativo de pessoal decorrente da evolução futura dos desligamentos e aposentadorias de seus servidores.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Seção de Recursos Humanos	
Síntese das providências adotadas	
Esta Unidade Jurisdicionada realizara novo estudo, objetivando a análise do dimensionamento da força de trabalho, no que diz respeito ao quantitativo, composição e perfil, e definirá estratégias e ações que viabilizarão o alcance de suas necessidades, analisando também o impacto no quantitativo de pessoal decorrente da evolução futura dos desligamentos e aposentadorias dos nossos servidores	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria Anual de Contas
Data do Relatório de Auditoria	27/05/2011
Item do Relatório de Auditoria	1.1.3.1
Comunicação Expedida/Data	Ofício n.º 831 de 07/10/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Seção Administrativa e Financeira
Descrição da Recomendação	Que a UJ estabeleça rito formal para que as informações de seus contratos administrativos sejam regularmente atualizados no SIASG, prevendo-se procedimentos de conciliação mensal entre as bases de dados da Unidade e do SIASG, de forma a atender ao disposto no § 3º do art. 19 da Lei nº 12.309/2010.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Seção Administrativa e Financeira	
Síntese das providências adotadas	
Esta Unidade Jurisdicionada registrará sistematicamente as informações de seus contratos administrativos no SIASG, executando procedimentos de conciliação mensal entre os sistema e as bases de dados da Unidade, de forma a atender ao disposto no § 3º do art. 19 da Lei nº 12.309/2010.	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

16.2 RECOMENDAÇÕES DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO OU DE AUDITORIA INTERNA PENDENTES DE ATENDIMENTO

Não há recomendações da Unidade de Controle Interno pendentes de atendimento.

ANEXOS:

I - DECLARAÇÃO REFERENTE AO ITEM 7 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

	Ministério da Justiça **Departamento de Polícia Rodoviária Federal** **3ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal / MS** **Gestor de Contratos/SAF**	

DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SCONV

DECLARAÇÃO

Eu, ***NEEMIAS GONÇALVES DE CARVALHO***, CPF 365.520.031-53, ocupante do cargo de Policial Rodoviária Federal, exercido na 3ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes aos contratos firmados até o exercício de 2011, por esta Unidade estão disponíveis e atualizados, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o artigo 19 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Campo Grande, 15 de março de 2012.

Neemias Gonçalves de Carvalho
365.520.031-53
PRF/3ªSRPRF/MS

II - INFORMAÇÃO REFERENTE AO ITEM 8 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
3.ª Superintendência Regional
Seção de Recursos Humanos
Rua Antônio Maria Coelho, 3033 – Jd. Dos Estados – e-mail: srh.ms@dprf.gov.br
CEP. 79020-908 - Campo Grande/MS
Fone (67) 3320-3600

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que todos os servidores da 3ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal estão em dia com a exigência da apresentação da Declaração de Bens e Renda referente ao exercício 2011 – ano base 2010, de que trata a Lei n° 8.730, de 10 de novembro de 1993, e da Instrução Normativa TCU n° 63/2010, da Decisão Normativa TCU n° 107/2010, Portaria TCU n° 277/2010 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR n° 2546/2010). Por ser verdade, dato e assino a presente declaração em 01 (uma) via, sem rasuras.

Campo Grande/MS, 20 de março de 2012.

MARCELO AMARAL LIMA
Chefe da Seção de Recursos Humanos
3ª SRPRF/MS

Única via

III - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO REFERENTE AO ITEM 1 DA PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA EXECUTIVA
DIRETORIA DE PROGRAMA
COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
DECLARAÇÃO COM RESSALVA	
Denominação completa (UJ):	**Código da UG:**
3ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/MS	200128

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, **EXCETO** no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI, dentre as quais, a seguinte:

a) Falta/Evolução Incompativel Depreciação Ativo Imobilizado;
b) Falta de Reavaliação /Redução de Ativos Permanentes, em desacordo com a Macrofunção Siafi 02.03.30 – Reavaliações, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Direta da União, Autarquias e Fundações;
c) Convênios a liberar e a aprovar com data expirada.

Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:

- A verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;
- O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e
- A análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Brasília-DF	**Data**	17 de fevereiro de 2012
Contador Responsável	José Carlos Gomes	**CRC nº**	DF 9.261/O-7

José Carlos Gomes
CCONT/DPROG/SE/MJ
Coordenador

Endereço: Esplanada dos Ministérios – Bloco T – Anexo II – Salas 527 e 529 - Brasília - DF – CEP 70.064-900
Telefone: (0xx61) 2025-9163 - Fax: (0xx61) 2025-9316